

C.4 - MEDIDAS PROVISÓRIAS (MPV)

Deste quadro constam informações completas das tramitações das Medidas Provisórias na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Para obter informações sobre as tramitações exclusivamente no Senado Federal veja quadro constante deste Relatório no que se refere ao Senado Federal.

Total das Medidas Provisórias	106
De anos anteriores – editadas em data anterior à publicação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001.	052
De 2007 (MPV nº 394 – eficácia suspensa - ADI nº 3964, de 2007)	001
De 2010 (da MPV nº 501 à MPV 521)	021
De 2011 (MPV nº 522 à MPV 553)	032
Apreciadas	033
Total: Aprovadas e promulgadas	006
Total: Aprovadas e sancionadas (nos termos de Projeto de Lei de Conversão - PLV)	027
Não Apreciadas	010
Total: Perderam eficácia e arquivadas	005
Total: Perderam eficácia (aguardando prazo de 60 dias – art. 11 da Resolução nº 1/2002)	002
Total: Prejudicadas e arquivadas	001
Total: Rejeitadas e arquivadas	001
Total: Revogadas e arquivadas	001
Pendentes de apreciação ao final do período	063
Eficácia Suspensa	001
Em Tramitação (Casas separadas) – editadas após a publicação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001.	010
Em Tramitação – Editadas em data anterior à da publicação da Emenda Constitucional nº 32, de 2001.	052

C.4.1 - Medidas Provisórias (MPV) de anos anteriores (editadas em data anterior à publicação da Emenda Constitucional nº 32/2001).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.156-5, public. em 27/08/2001	554/2001-CN (nº 901/2001, na origem)	Cria a Agência de Desenvolvimento do Nordeste – ADENE, extingue a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.253, de 31/05/2002, public. no DOU de 03/06/2002, regulamenta a MP 2.156-5/2001.
2.157-5, public. em 27/08/2001	555/2001-CN (nº 902/2001, na origem)	Cria a Agência de Desenvolvimento da Amazônia – ADA, extingue a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.254, de 31/05/2002, public. no DOU de 03/06/2002, regulamenta a MP 2.157-5/2001).
2.158-35, public. em 27/08/2001	556/2001-CN (nº 903/2001, na origem)	Altera a legislação das Contribuições para a Seguridade Social – COFINS, para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PIS/PASEP e do Imposto sobre a Renda, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 73 da MP 2.158-35, pela Lei nº 11.196, public. no DOU de 22/11/2005. Alterado o art. 18 da MP 2.158-35, pela MP 447, public. no DOU de 17/11/2008. Alterado o art. 56 da MP 2.158-35, pela Lei nº 11.827, public. no DOU de 21/11/2008 (oriunda da MP 436/2008). Alterado os incisos II e III do art. 42 da MP 2.158-35, pela MP 425, public. no DOU de 30/04/2008-Ed.Extra. Alterado o art. 56 da MP 2.158-35, pelo art. 4º da Lei nº 12.407, public. no DOU de 20/05/2011 (oriunda da MP 512/2010).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.159-70, public. em 27/08/2001	557/2001-CN (nº 904/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.161-35, public. em 24/08/2001	523/2001-CN (nº 879/2001, na origem)	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 1º da MP 2.161-35, na parte referente ao § 6º do art. 2º da Lei nº 9.491, de 1997, pela MP 246, public. no DOU de 07/04/2005, que foi rejeitada em 21/06/2005.
2.162-72, public. em 24/08/2001	524/2001-CN (nº 863/2001, na origem)	Dispõe sobre a emissão de Notas do Tesouro Nacional – NTN destinadas a aumento de capital do Banco do Brasil S.A, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.163-41, public. em 24/08/2001	525/2001-CN (nº 864/2001, na origem)	Acrescenta dispositivo à Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.164-41, public. em 27/08/2001	558/2001-CN (nº 905/2001, na origem)	Altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para dispor sobre o trabalho a tempo parcial, a suspensão do contrato de trabalho e o programa de qualificação profissional, modifica as Leis nºs 4.923, de 23 de dezembro de 1965, 5.889, de 8 de junho de 1973, 6.321, de 14 de abril de 1976, 6.494, de 7 de dezembro de 1977, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 9.601, de 21 de janeiro de 1998, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.165-36, public. em 24/08/2001	526/2001-CN (nº 881/2001, na origem)	Institui o Auxílio-Transporte, dispõe sobre o pagamento dos militares e dos servidores do Poder Executivo Federal, inclusive de suas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.166-67, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	541/2001-CN (nº 883/2001, na origem)	Altera os arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Parecer nº 32/2001-CN- Mérito - PLV nº 10/2001 (DSF 12/09/2001), Parecer nº 39/1999-CN- Admissibilidade (DSF 12/11/99), Relator: Dep. Moacir Micheletto
2.167-53, public. em 24/08/2001	527/2001-CN (nº 865/2001, na origem)	Autoriza a União a receber em valores mobiliários os dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por entidades de cujo capital o Tesouro Nacional participe, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.168-40, public. em 27/08/2001	559/2001-CN (nº 892/2001, na origem)	Dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.169-43, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	542/2001-CN (nº 889/2001, na origem)	Estende aos servidores públicos civis do Poder Executivo Federal a vantagem de vinte e oito vírgula oitenta e seis por cento, objeto da decisão do Supremo Tribunal Federal, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.170-36, public. em 24/08/2001	528/2001-CN (nº 867/2001, na origem)	Dispõe sobre a administração dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, consolida e atualiza a legislação pertinente ao assunto e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 6.467, de 30/05/2008, public. no DOU de 30/05/2008-Ed. Extra.
2.172-32, public. em 24/08/2001	529/2001-CN (nº 868/2001, na origem)	Estabelece a nulidade das disposições contratuais que menciona, inverte, nas hipóteses que prevê, o ônus da prova nas ações intentadas para sua declaração.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.173-24, public. em 24/08/2001	530/2001-CN (nº 869/2001, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999, que dispõe sobre o valor total das anuidades escolares.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Parecer nº 2/2001-CN- Admissibilidade (DSF 06/04/2001) e Parecer nº 3/2001- CN- Mérito - PLV nº 8/2001 (DSF 06/04/2001), Relator: Sen. Gilberto Mestrinho.
2.174-28, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	544/2001-CN (nº 884/2001, na origem)	Institui, no âmbito do Poder Executivo da União, o Programa de Desligamento Voluntário – PDV, a jornada de trabalho reduzida com remuneração proporcional e a licença sem remuneração com pagamento de incentivo em pecúnia, destinados ao servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.177-44, public. em 27/08/2001 (Ret. no DOU de 24/09/2001)	561/2001-CN (nº 907/2001, na origem)	Altera a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, que dispõe sobre os planos privados de assistência à saúde, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.178-36, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	545/2001-CN (nº 885/2001, na origem)	Dispõe sobre o repasse de recursos financeiros do Programa Nacional de Alimentação Escolar, institui o Programa Dinheiro Direto na Escola, altera a Lei nº 9.533, de 10 de dezembro de 1997, que dispõe sobre programa de garantia de renda mínima, institui programas de apoio da União às ações dos Estados e Municípios, voltadas para o atendimento educacional, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.179-36, public. em 27/08/2001	562/2001-CN (nº 908/2001, na origem)	Dispõe sobre as relações financeiras entre a União e o Banco Central do Brasil e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogado os §§ 1º e 3º do art. 2º e o art. 10 da MP 2.179-36, pela MP 435/2008. Revogados os §§ 1º e 3º do art. 2º e o art. 10 da MP 2.179-36, pela Lei nº 11.803, public. em 06/11/2008.
2.180-35, public. em 27/08/2001	563/2001-CN (nº 911/2001, na origem)	Acresce e altera dispositivos das Leis nºs 8.437, de 30 de junho de 1992, 9.028, de 12 de abril de 1995, 9.494, de 10 de setembro de 1997, 7.347, de 24 de julho de 1985, 8.429, de 2 de junho de 1992, 9.704, de 17 de novembro de 1998, do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e das Leis nºs 5.869, de 11 de janeiro de 1973, e 4.348, de 26 de junho de 1964 e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.181-45, public. em 27/08/2001	564/2001-CN (nº 909/2001, na origem)	Dispõe sobre operações financeiras entre o Tesouro Nacional e as entidades que menciona, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.183-56, public. em 27/08/2001	565/2001-CN (nº 893/2001, na origem)	Acresce e altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, das Leis nºs 4.504, de 30 de novembro de 1964, 8.177, de 1º de março de 1991 e 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Resolução nº 4/2007, public. no DOU de 18/04/2007, que "Suspende a execução do art. 1º da Medida Provisória nº 1.577, de 11 de junho de 1997, na parte que alterou o § 2º do art. 2º da Lei nº 8.629, de 25 de fevereiro de 1993, e de igual disposição constante de suas reedições até a Medida Provisória nº 2.027-39, de 1º de junho de 2000." OBS.: A MP 2.027-39, foi reeditada várias vezes até chegar ao nº 2.183-56. Decreto nº 6.672, de 02/12/2008, public. no DOU de 03/12/2008, "Regulamenta o art. 6º da MP 2.183-56, que trata do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, instituído no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária, e dá outras providências".
2.184-23, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	546/2001-CN (nº 886/2001, na origem)	Assegura percepção de gratificação por servidores das carreiras Policial Federal, Delegado de Polícia do Distrito Federal, de Polícia Civil do Distrito Federal, Policial Rodoviário Federal, altera as Leis nºs 4.878, de 3 de dezembro de 1965, 5.619, de 3 de novembro de 1970, 5.906, de 23 de julho de 1973 e 7.102 de 20 de junho de 1983, o Decreto-Lei nº 2.320, de 26 de janeiro de 1987, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.185-35, public. em 27/08/2001	566/2001-CN (nº 894/2001, na origem)	Estabelece critérios para consolidação, a assunção e o refinanciamento, pela União, da dívida pública mobiliária e outras que especifica, de responsabilidade dos Municípios.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Parecer Oral Mérito, PLV nº 4/2001 Relator: Dep. Armando Monteiro. Alterado o art. 8º da MP 2.185-35, pela MP 237, public. no DOU de 28/01/2005, transformada na Lei nº 11.131, de 1º/7/2005, public. no DOU de 04/07/2005. Alterado o art. 8º da MP 2.185-35, pela MP 496, public. no DOU de 20/7/2010 (Rep. no DOU de 23/07/2010). Alterado o art. 8º da MP 2.185-35, pela Lei nº 12.348, public. no DOU de 16/12/2010. Alterado o inciso II do § 1º do art. 8º da MP 2.185-35, pela Lei nº 12.462, public. no DOU de 05/08/2011 (Ed. Extra).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.186-16, public. em 24/08/2001	533/2001-CN (nº 871/2001, na origem)	Regulamenta o inciso II do § 1º e o § 4º do art. 225 da Constituição, os arts. 1º, 8º, alínea "j", 10, alínea "c", 15 e 16, alíneas 3 e 4 da Convenção sobre Diversidade Biológica, dispõe sobre o acesso ao patrimônio genético, a proteção e o acesso ao conhecimento tradicional associado, a repartição de benefícios e o acesso à tecnologia e a transferência de tecnologia para sua conservação e utilização, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 5.459, de 07/06/2005, public. no DOU de 08/06/2005 e retificado no DOU de 21/06/2005, que "Regulamenta o art. 30 da MP 2.186-16, disciplinando as sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao patrimônio genético ou ao conhecimento tradicional associado e dá outras providências. Decreto nº 6.915, de 29/07/2009, public. no DOU de 30/07/2009, "Regulamenta o art. 33 da MP 2.186-16".
2.187-13, public. em 27/08/2001	567/2001-CN (nº 895/2001, na origem)	Dispõe sobre o reajuste dos benefícios mantidos pela Previdência Social, e altera dispositivos das Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.212 e 8.213, de 24 de julho de 1991, 8.742, de 7 de dezembro de 1993, 9.604, de 5 de fevereiro de 1998, 9.639, de 25 de maio de 1998, 9.717, de 27 de novembro de 1998, e 9.796, de 5 de maio de 1999, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 8º da MP 2.187-13, pela MP 167, public. no DOU de 20/02/2004, transformada na Lei nº 10.887, de 18/06/2004, public. no DOU de 21/06/2004. Revogado o art. 4º da MP 2.187-13, pela MP 316/2006.
2.189-49, public. em 24/08/2001	534/2001-CN (nº 872/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto de renda relativamente à incidência na fonte sobre rendimentos de aplicações financeiras, inclusive de beneficiários residentes ou domiciliados no exterior, à conversão, em capital social, de obrigações no exterior de pessoas jurídicas domiciliadas no País, amplia as hipóteses de opção, pelas pessoas físicas, pelo desconto simplificado, regula a informação, na declaração de rendimentos, de depósitos mantidos em bancos no exterior, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.190-34, public. em 24/08/2001	535/2001-CN (nº 866/2001, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária e cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e nº 6.437, de 20 de agosto de 1977, que configura infrações à legislação sanitária federal e estabelece as sanções respectivas, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.192-70, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	547/2001-CN (nº 887/2001, na origem)	Estabelece mecanismos objetivando incentivar a redução da presença do setor público estadual na atividade financeira bancária, dispõe sobre a privatização de instituições financeiras, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Alterado o art. 26 da MP 2.192-70, pela MP 97, public. no DOU de 30/12/2002, transformada na Lei nº 10.661, de 22/04/2003, public. no DOU de 23/04/2003.
2.196-3, public. em 25/08/2001 -Ed. Extra	548/2001-CN (nº 888/2001, na origem)	Estabelece o Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais e autoriza a criação da Empresa Gestora de Ativos – EMGEA.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.197-43, public. em 27/08/2001	569/2001-CN (nº 896/2001, na origem)	Dispõe sobre a adoção de medidas relacionadas com o Sistema Financeiro da Habitação – SFH, altera as Leis nºs 4.380, de 21 de agosto de 1964, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.692, de 28 de julho de 1993, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Alterado o art. 2º, da MPV 2.197-43, pela Lei nº 12.058, de 13/10/2009, public. no DOU de 14/10/2009. Revogado o art. 2º da MP 2.197-43, pela MP 514, public. no DOU de 02/12/2010.
2.198-5, public. em 27/08/2001	570/2001-CN (nº 910/2001, na origem)	Cria e instala a Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, do Conselho de Governo, estabelece diretrizes para programas de enfrentamento da crise de energia elétrica e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.199-14, public. em 27/08/2001	571/2001-CN (nº 897/2001, na origem)	Altera a legislação do imposto sobre a renda no que se refere aos incentivos fiscais de isenção e de redução, define diretrizes para os incentivos fiscais de aplicação de parcela do imposto sobre a renda nos Fundos de Investimentos Regionais, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Alterado o § 3º do art. 5º, da MP 2.199-14, pela Lei nº 11.524, de 24/09/2007, public. no DOU de 25/09/2007. (O art. 23 da lei que altera a MP foi vetado) O art. 11 da MP 540/2011 modifica o art. 1º da MP 2.199-14, que passa a vigorar acrescido dos §§ 1º-A e 3º-A.
2.200-2, public. em 27/08/2001	572/2001-CN (nº 913/2001, na origem)	Institui a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil, transforma o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação em autarquia, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.206-1, public. em 10/09/2001	606/2001-CN (nº 962/2001, na origem)	Cria o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à saúde: "Bolsa-Alimentação" e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.208, public. em 20/08/2001	521/2001-CN (nº 860/2001, na origem)	Dispõe sobre a comprovação da qualidade de estudante e de menor de dezoito anos nas situações que especifica.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.209, public. em 30/08/2001	583/2001-CN (nº 929/2001, na origem)	Autoriza a União a criar a Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.210, public. em 30/08/2001	584/2001-CN (nº 930/2001, na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério de Minas e Energia, no valor de R\$ 50.000.000,00, para os fins que especifica.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.211, public. em 30/08/2001	585/2001-CN (nº 931/2001, na origem)	Altera dispositivos das Leis nºs 9.995, de 25 de julho de 2000, e 10.266, de 24 de julho de 2001, que dispõem sobre as diretrizes para a elaboração das leis orçamentárias de 2001 e 2002, respectivamente.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.213-1, public. em 31/08/2001	589/2001-CN (nº 933/2001, na origem)	Institui o Programa Bolsa-Renda para atendimento à população atingida pelos efeitos da estiagem, incluída nos municípios localizados na Região Nordeste e no norte do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.214, public. em 1º/09/2001 -Ed. Extra	592/2001-CN (nº 936/2001, na origem)	Altera o art. 1º da Lei nº 10.261, de 12 de julho de 2001, que desvincula, parcialmente, no exercício de 2001, a aplicação dos recursos de que tratam os arts. 48, 49 e 50 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, pertencentes à União.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.215-10, public. em 1º/09/2001 -Ed. Extra	593/2001-CN (nº 937/2001, na origem)	Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.184, de 05/04/2002, public. no DOU de 08/04/2002, que "Dispõe sobre os efeitos financeiros da aplicação da Tabela II do Anexo II da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001." Decreto nº 4.307, de 18/07/2002, public. no DOU de 19/07/2002, regulamenta a MP 2.215-10/2001. O valor do abono da MP 263/2005, consta do Anexo I da MP 2.215-10.
2.216-37, public. em 1º/09/2001 -Ed. Extra (Ret. no DOU de 24/09/2001)	594/2001-CN (nº 938/2001, na origem)	Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 2º da MP 2.216-37, pela Lei nº 11.516, public. no DOU de 28/08/2007.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.217-3, public. em 05/09/2001	595/2001-CN (nº 947/2001, na origem)	Altera a Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, que dispõe sobre a reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre, cria o Conselho Nacional de Integração de Políticas de Transporte, a Agência Nacional de Transportes Terrestres, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogado os arts.1º, na parte referente aos arts. 114-A e 115 da Lei nº 10.233, de 2001, e 3º, ambos da MP 2.217-3, pela MP 246, public. no DOU de 07/04/2005, que foi rejeitada em 21/06/2005. Revogado o art. 3º da MP 2.217-3, pela Lei nº 11.297, public. no DOU de 10/05/2006.
2.220, public. em 05/09/2001 - Ed. Extra	598/2001-CN (nº 950/2001, na origem)	Dispõe sobre a concessão de uso especial de que trata o § 1º do art. 183 da Constituição, cria o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano – CNDU e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 5.031, de 02/04/2004, public. no DOU de 05/04/2004, regulamenta o Conselho das Cidades conforme o disposto no art. 10 da MP 2.220/2001.
2.224, public. em 05/09/2001 - Ed. Extra	602/2001-CN (nº 954/2001, na origem)	Estabelece multa relativa a informações sobre capitais brasileiros no exterior e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.225-45, public. em 05/09/2001 - Ed. Extra	603/2001-CN (nº 955/2001, na origem)	Altera as Leis nºs 6.368, de 21 de outubro de 1976, 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.525, de 3 de dezembro de 1997, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Decreto nº 4.187, de 08/04/2002, public. no DOU de 09/04/2002, regulamenta os arts. 6º e 7º da MP nº 2.225-45/2001.
2.226, public. em 05/09/2001 - Ed. Extra	604/2001-CN (nº 956/2001, na origem)	Acréscimo dispositivo à Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e à Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.227, public. em 05/09/2001 -Ed. Extra	605/2001-CN (nº 957/2001, na origem)	Estabelece exceção ao alcance do art. 2º da Lei nº 10.192, de 14 de fevereiro de 2001.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	-
2.228-1, public. em 10/09/2001	607/2001-CN (nº 963/2001, na origem)	Estabelece princípios gerais da Política Nacional do Cinema, cria o Conselho Superior do Cinema e a Agência Nacional do Cinema – ANCINE, institui o Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Nacional – PRODECINE, autoriza a criação de Fundos de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional – FUNCINES, altera a legislação sobre a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogado o art. 13 da MP 2.228-1, pela MP 155, public. no DOU de 24/12/2003, transformada na Lei nº 10.871, de 20/05/2004, public. no DOU de 21/05/2004. Alterados o parágrafo único do art. 44 e o art. 50, da MP 2.228-1, pela Lei nº 11.329, de 25/07/2006, public. no DOU de 26/07/2006. Alterado o art. 50, da MP 2.228-1, pela Lei nº 12.375, de 30/12/2010, public. no DOU de 31/12/2010. Os arts. nºs 14, 15, 26, da Lei nº 12.485, publ. no DOU de 13/09/2011, modificam a MP 2.228-1 e o art. 37 da mesma lei revoga o art. 31 da MP.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
2.229-43, public. em 10/09/2001	608/2001-CN (nº 964/2001, na origem)	Dispõe sobre a criação, reestruturação e organização de carreiras, cargos e funções comissionadas técnicas no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.	Em tramitação Art. 2º EC 32/2001	Revogada em parte a MP 2.229-43, pela Lei nº 10.470, de 25/06/2002, public. no DOU de 26/06/2002. Alterado dispositivos da MP 2.229-43, pela Lei nº 10.769, de 19/11/2003, public. no DOU de 20/11/2003. Revogado o § 1º do art. 41 da MP 2.229-43, pela MP 224, public. no DOU de 22/10/2004, transformada na Lei nº 11.034, de 22/12/2004, public. no DOU de 23/12/2004. Revogado o art. 24 da MP 2.229-43, pela MP 210/2004, transformada na Lei nº 11.094, public. no DOU de 14/01/2005 (ret. no DOU de 17/01/2005). Revogados os arts. 8º, 8º-A, 9º, 10, 13, 13-A, 15 e 16 e os Anexos VII, VII-A, VIII e VIII-A da MP 2.229-43, pela MP 440, public. no DOU de 29/08/2008-Ed. Extra. Revogados os arts. 20, 21, 22 e 23 da MP 2.229-43, pela MP 441, public. no DOU de 29/08/2008-Ed. Extra.

C.4.2 – Medidas Provisórias (MPV) com eficácia suspensa de 2007.

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
394, public. em 21/09/2007	128/2007-CN (nº 703/2007, na origem)	Dá nova redação ao § 3º do art. 5º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm.	Eficácia suspensa	Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 20/11/2007. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 67, de 2007 - DOU de 09/11/2007). Eficácia suspensa em 12/12/2007, tendo em vista deferimento de medida cautelar pelo Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3964, de 2007. (Public. no DOU de 07/02/2008).

C.4.3 – Medidas Provisórias (MPV) de 2010 - (da MPV 501 à MPV 521).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
501, public. em 08/09/2010	124/2010-CN (nº 536/2010 na origem)	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2010, com o objetivo de fomentar as exportações do País; altera as Leis nº 12.087, de 11 de novembro de 2009, e nº 10.260, de 12 de julho de 2001; modifica condições para a concessão da subvenção em operações de financiamento de que trata o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, que autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em operações de financiamento destinadas à aquisição e produção de bens de capital e à inovação tecnológica; e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.385 de 03/03/2011 (DOU 04/03/2011) (PLV nº 15/2010, vetado parcialmente – MCN nº 16/2011, nº 51/2011, na origem – Veto Parcial nº 7/2011)	<p>Aprovado o PLV nº 15/2010, na Câmara dos Deputados, em 08/12/2010</p> <p>Aprovado com alterações o PLV nº 15/2010, no Senado Federal, em 08/02/2011</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise das alterações</p> <p>Aprovada as alterações, na Câmara dos Deputados, em 15/02/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relatora: Dep. Solange Almeida</p> <p>Parecer Oral- CD Relator: Dep. Jovair Arantes</p> <p>Parecer Oral nº 3/2011-SF Relator Revisor: Sen. Romero Jucá</p> <p>Redação Final Parecer nº 4/2011-CDIR-SF</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 07/11/2010. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 38, de 2010 - DOU de 27/10/2010).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
502, public. em 21/09/2010	128/2010-CN (nº 563/2010 na origem)	Dá nova redação às Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998, que institui normas gerais sobre desporto, e 10.891, de 9 de julho de 2004, que institui a Bolsa-Atleta; cria os Programas Atleta Pódio e Cidade Esportiva, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.395 de 16/03/2011 (DOU 17/03/2011) (PLV nº 1/2011, vetado parcialmente – MCN nº 18/2011, nº 69/2011, na origem – Veto Parcial nº 8/2011)	<p>Aprovado o PLV nº 1/2011, na Câmara dos Deputados, em 08/02/2011</p> <p>Aprovado com alteração o PLV nº 1/2011, no Senado Federal, em 15/02/2011</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise da alteração</p> <p>Aprovada a alteração, na Câmara dos Deputados, em 22/02/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relator: Dep. José Rocha</p> <p>Parecer Oral nº 14/2011-SF Relator Revisor: Sen. Alvaro Dias</p> <p>Redação Final Parecer nº 15/2011-CDIR-SF Relator: Sen. Wilson Santiago</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 20/11/2010. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 39, de 2010 - DOU de 16/11/2010).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
503, public. em 22/09/2010 - Ed.Extra (Ret. no DOU de 24/09/2010)	130/2010-CN (nº 566/2010 na origem)	Ratifica o Protocolo de Intenções firmado entre a União, o Estado do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, com a finalidade de constituir consórcio público, denominado Autoridade Pública Olímpica – APO.	Sancionada a Lei nº 12.396 de 21/03/2011 (DOU 22/03/2011 – Ret. no DOU de 23/03/2011) (PLV nº 2/2011, vetado parcialmente – MCN nº 21/2011, nº 78/2011, na origem – Veto Parcial nº 9/2011)	Aprovado o PLV nº 2/2011, na Câmara dos Deputados, em 23/02/2011 Aprovado o PLV nº 2/2011, no Senado Federal, em 01/03/2011 Parecer Oral- CD Relator: Dep. Daniel Almeida Parecer Oral nº 24/2011-SF Relator Revisor: Sen. Lindbergh Farias Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 21/11/2010. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 40, de 2010 - DOU de 16/11/2010). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
504, public. em 22/09/2010 - Ed. Extra	131/2010-CN (nº 567/2010 na origem)	Dá nova redação ao art. 1º da Lei no 5.851, de 7 de dezembro de 1972, que autoriza o Poder Executivo a instituir empresa pública, sob a denominação de Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA).	Promulgada a Lei nº 12.383, de 01/03/2011 (DOU 02/03/2011)	Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 09/02/2011 Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 01/03/2011 Parecer Oral- CD Relator: Dep. Fernando Coelho Filho Parecer Oral nº 23/2011-SF Relator Revisor: Sen. Lobão Filho Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 21/11/2010. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 41, de 2010 - DOU de 16/11/2010).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
505, public. em 27/09/2010 (Ret. no DOU de 28/09/2010)	132/2010-CN (nº 570/2010 na origem)	Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.	Sancionada a Lei nº 12.397 de 23/03/2011 (DOU 24/03/2011) (PLV nº 3/2011, vetado parcialmente – MCN nº 22/2011, nº 79/2011, na origem – Veto Parcial nº 10/2011)	Aprovado o PLV nº 3/2011, na Câmara dos Deputados, em 24/02/2011 Aprovado o PLV nº 3/2011, no Senado Federal, em 01/03/2011 Parecer Oral- CD Relator: Dep. Maurício Quintella Lessa Parecer Oral nº 25/2011-SF Relator Revisor: Sen. Renan Calheiros Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 26/11/2010. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 43, de 2010 - DOU de 17/11/2010). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
506, public. em 29/09/2010	133/2010-CN (nº 571/2010 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no valor de R\$ 210.000.000,00, para o fim que especifica.	Promulgada a Lei nº 12.384, de 03/03/2011 (DOU 04/03/2011)	Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 24/02/2011 Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 01/03/2011 Parecer Oral- CD Relator: Dep. José Guimarães Parecer Oral nº 26/2011-SF Relator Revisor: Sen. Blairo Maggi Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 28/11/2010. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 44, de 2010 - DOU de 17/11/2010).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
507, public. em 06/10/2010	135/2010-CN (nº 577/2010 na origem)	Institui hipóteses específicas de sanção disciplinar para a violação de sigilo fiscal e disciplina o instrumento de mandato que confere poderes a terceiros para praticar atos perante órgão da administração pública que impliquem fornecimento de dado protegido pelo sigilo fiscal.	Arquivada	<p>Aprovado o PLV nº 4/2011, na Câmara dos Deputados, em 01/03/2011.</p> <p>Aprovado com alteração o PLV nº 4/2011, no Senado Federal, em 15/03/2011.</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados para análise da alteração.</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relator: Dep. Fernando Ferro</p> <p>Parecer Oral nº 35/2011-SF Relator Revisor (<i>ad roc</i>): Sen. Humberto Costa</p> <p>Redação Final Parecer nº 36/2011- CDIR-SF</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 05/12/2010. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 47, de 2010 - DOU de 25/11/2010).</p> <p>A MP teve seu prazo de vigência encerrado em 15/03/2011 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 6/2010 - DOU de 17/03/2011).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
508, public. em 11/10/2010	136/2010-CN (nº 580/2010 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 968.185.382,00, para os fins que especifica.	Arquivada	<p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 15/03/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relator: Dep. Gastão Vieira</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 10/12/2010. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 48, de 2010 - DOU de 30/11/2010).</p> <p>O Senado Federal, em sessão realizada no dia 17/03/2011, rejeitou a MP. (Ato Declaratório nº 1, de 2011, do Presidente do SF - DOU de 22/03/2011-Seção I)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
509, public. em 14/10/2010	137/2010-CN (nº 597/2010 na origem)	Dá nova redação ao parágrafo único do art. 7º da Lei nº 11.668, de 2 de maio de 2008, que dispõe sobre o exercício da atividade de franquia postal.	Sanccionada a Lei nº 12.400 de 07/04/2011 (DOU 08/04/2011)	<p>Aprovado o PLV nº 5/2011, na Câmara dos Deputados, em 16/03/2011</p> <p>Aprovado o PLV nº 5/2011, no Senado Federal, em 23/03/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relator: Dep. Ricardo Berzoini</p> <p>Parecer Oral nº 48/2011-SF Relator Revisor: Sen. José Pimentel</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 13/12/2010. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 49, de 2010 - DOU de 02/12/2010).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
510, public. em 29/10/2010 – Ed. Extra	166/2010-CN (nº 631/2010 na origem)	Regula o cumprimento de obrigações tributárias por consórcios que realizem negócios jurídicos em nome próprio; dá nova redação ao art. 31 da Medida Provisória nº 497, de 27 de julho de 2010, que promove desoneração tributária de subvenções governamentais destinadas ao fomento das atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica nas empresas e institui o Regime Especial de Tributação para construção, ampliação, reforma ou modernização de estádios de futebol - RECOM; acresce dispositivos à Lei nº 10.168, de 29 de dezembro de 2000, que institui contribuição de intervenção de domínio econômico destinada a financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa para o Apoio à Inovação; e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.402 de 02/05/2011 (DOU 03/05/2011)	<p>Aprovado o PLV nº 6/2011, na Câmara dos Deputados, em 22/03/2011</p> <p>Aprovado o PLV nº 6/2011, no Senado Federal, em 05/04/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relator: Dep. Hugo Leal</p> <p>Parecer Oral nº 62/2011-SF Relator Revisor: Sen. Gim Argello</p> <p>Redação Final Parecer nº 63/2011-CDIR-SF</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 07/02/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 1, de 2011 - DOU de 02/02/2011).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
511, public. em 08/11/2010	167/2010-CN (nº 644/2010 na origem)	Dispõe sobre medidas para assegurar a sustentabilidade econômico-financeira do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, sobre autorização para garantia do financiamento do Trem de Alta Velocidade - TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro - RJ e Campinas - SP, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.404 de 04/05/2011 (DOU 05/05/2011)	<p>Aprovado o PLV nº 7/2011, na Câmara dos Deputados, em 06/04/2011</p> <p>Aprovado o PLV nº 7/2011, no Senado Federal, em 13/04/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relator: Dep. Carlos Zarattini</p> <p>Parecer Oral nº 118/2011-SF Relatora Revisora: Sen. Marta Suplicy</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 17/02/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 2, de 2011 - DOU de 08/02/2011).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
512, public. em 26/11/2010	170/2010-CN (nº 662/2010 na origem)	Altera a Lei nº 9.440, de 14 de março de 1997, que estabelece incentivos fiscais para o desenvolvimento regional e da indústria automotiva.	Sancionada a Lei nº 12.407 de 19/05/2011 (DOU 20/05/2011) (PLV nº 8/2011, vetado parcialmente – MCN nº 33/2011, nº 146/2011, na origem – Veto Parcial nº 12/2011)	Aprovado o PLV nº 8/2011, na Câmara dos Deputados, em 13/04/2011 Aprovado o PLV nº 8/2011, no Senado Federal, em 27/04/2011 Parecer Oral- CD Relator: Dep. Moreira Mendes Parecer Oral nº 147/2011-SF Relator Revisor: Sen. Humberto Costa Redação Final Parecer nº 148/2011-CDIR-SF Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 07/03/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 3, de 2011 - DOU de 28/02/2011). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
513, public. em 26/11/2010 – Ed. Extra	171/2010-CN (nº 663/2010 na origem)	Autoriza o Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS a assumir, na forma disciplinada em ato do Conselho Curador do Fundo de Compensação de Variações Salariais - CCFCVS, direitos e obrigações do Seguro Habitacional do Sistema Financeiro da Habitação - SH/SFH, oferecer cobertura direta a contratos de financiamento habitacional averbados na Apólice do SH/SFH, autoriza o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte - DNIT a utilizar recursos federais em apoio à transferência definitiva do domínio da malha rodoviária federal para os Estados, acresce o Porto do Pólo Industrial de Manaus no item 4.2 da Relação Descritiva dos Portos Marítimos, Fluviais e Lacustres, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.409 de 25/05/2011 (DOU 26/05/2011) (PLV nº 9/2011, vetado parcialmente – MCN nº 36/2011, nº 151/2011, na origem – Veto Parcial nº 13/2011)	Aprovado o PLV nº 9/2011, na Câmara dos Deputados, em 26/04/2011 Aprovado o PLV nº 9/2011, no Senado Federal, em 04/05/2011 Parecer Oral- CD Relator: Dep. Wellington Fagundes Parecer Oral nº 233/2011-SF Relator Revisor: Sen. Renan Calheiros Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 07/03/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 4, de 2011 - DOU de 28/02/2011). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
514, public. em 02/12/2010	172/2010-CN (nº 674/2010 na origem)	Altera a Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, as Leis nºs 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, e 4.591, de 16 de dezembro de 1964, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.424 de 16/06/2011 (DOU 17/06/2011-Republic. no DOU de 20/06/2011) (PLV nº 10/2011, vetado parcialmente – MCN nº 47/2011, nº 203/2011, na origem – Veto Parcial nº 15/2011)	A MP 514 revogou o art. 2º da MP 2.197-43 public. no DOU 27/08/2001. Aprovado o PLV nº 10/2011, na Câmara dos Deputados, em 27/04/2011 Aprovado o PLV nº 10/2011, no Senado Federal, em 10/05/2011 Parecer Oral- CD Relator: Dep. André Vargas Parecer Oral nº 248/2011-SF Relator Revisor: Sen. Waldemir Moka Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 12/03/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 5, de 2011 - DOU de 04/03/2011). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
515, public. em 28/12/2010 – Ed. Extra (Ret. no DOU de 31/12/2010)	179/2010-CN (nº 755/2010 na origem)	Abre crédito extraordinário em favor da Justiça do Trabalho e de diversos órgãos do Poder Executivo, no valor global de R\$ 26.673.264.196,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 12.410, de 26/05/2011 (DOU 27/05/2011)	Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 03/05/2011 Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 24/05/2011 Parecer Oral- CD Relator: Dep. Fabio Trad Parecer Oral nº 315/2011-SF Relator Revisor: Sen. Jorge Viana Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 03/04/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 7, de 2011 - DOU de 28/03/2011).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
516, public. em 31/12/2010	180/2010-CN (nº 787/2010 na origem)	Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2011.	Arquivada	<p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 03/04/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 8, de 2011 - DOU de 28/03/2011).</p> <p>Lido na sessão do SF de 18/05/2011 o Ofício nº 605/2011 do Presidente da CD, comunicando a prejudicialidade da MPV nº 516/2010, com fundamento no art. 163, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, em sessão realizada no dia 04/05/2011, declarou prejudicada a MPV nº 516, de 30 de dezembro de 2010, em virtude da promulgação da Lei nº 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, tendo, por conseguinte, determinado o seu arquivamento. (Public. no DSF nº 78 de 19/05/2011)</p> <p>(Decisão da Presidência da Câmara dos Deputados – public. no DCD de 05/05/2011 – Supl. ao nº 74)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
<p>517, public. em 31/12/2010 (Ret. no DOU de 31/12/2010 -Ed. Extra)</p> <p>(Ret. no DOU de 04/01/2011)</p>	<p>181/2010-CN (nº 788/2010 na origem)</p>	<p>Dispõe sobre a incidência do imposto sobre a renda nas operações que especifica, altera as Leis nºs 6.404, de 15 de dezembro de 1976, 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 11.478, de 29 de maio de 2007, e 12.350, de 20 de dezembro de 2010, institui o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento de Usinas Nucleares - RENUCLEAR, dispõe sobre medidas tributárias relacionadas ao Plano Nacional de Banda Larga, altera a legislação relativa à isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, dispõe sobre a extinção do Fundo Nacional de Desenvolvimento, e dá outras providências.</p>	<p>Sancionada a Lei nº 12.431 de 24/06/2011 (DOU 27/06/2011 – Ret. no DOU de 29/06/2011)</p> <p>(PLV nº 13/2011, vetado parcialmente – MCN nº 53/2011, nº 221/2011, na origem – Veto Parcial nº 16/2011)</p>	<p>Aprovado o PLV nº 13/2011, na Câmara dos Deputados, em 25/05/2011</p> <p>Aprovado o PLV nº 13/2011, no Senado Federal, em 1º/06/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relator: Dep. João Carlos Bacelar</p> <p>Parecer Oral nº 374/2011-SF Relator Revisor: Sen. Romero Jucá</p> <hr/> <p>Redação Final Parecer nº 375/2011-CDIR-SF</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 03/04/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 9, de 2011 - DOU de 28/03/2011).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
<p>518, public. em 30/12/2010</p>	<p>182/2010-CN (nº 789/2010 na origem)</p>	<p>Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito.</p>	<p>Sancionada a Lei nº 12.414 de 09/06/2011 (DOU 10/06/2011)</p> <p>(PLV nº 12/2011, vetado parcialmente – MCN nº 43/2011, nº 188/2011, na origem – Veto Parcial nº 14/2011)</p>	<p>Aprovado o PLV nº 12/2011, na Câmara dos Deputados, em 10/05/2011</p> <p>Aprovado o PLV nº 12/2011, no Senado Federal, em 18/05/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relator: Dep. Leonardo Quintão</p> <p>Parecer Oral nº 298/2011-SF Relator Revisor: Sen. Francisco Dornelles</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 03/04/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 10, de 2011 - DOU de 28/03/2011).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
519, public. em 31/12/2010	183/2010-CN (nº 790/2010 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos para assistência humanitária internacional.	Sancionada a Lei nº 12.429 de 20/06/2011 (DOU 21/06/2011)	<p>Aprovado o PLV nº 15/2011, na Câmara dos Deputados, em 26/05/2011</p> <p>Aprovado o PLV nº 15/2011, no Senado Federal, em 31/05/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relator: Dep. Luis Carlos Heinze</p> <p>Parecer Oral nº 362/2011-SF Relatora Revisora: Sen. Ana Amélia</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 03/04/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 11, de 2011 - DOU de 28/03/2011).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
520, public. em 31/12/2010 – Ed. Extra	184/2010-CN (nº 797/2010 na origem)	Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares S.A. - EBSERH e dá outras providências.	Arquivada	<p>Aprovado o PLV nº 14/2011, na Câmara dos Deputados, em 25/05/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relator: Dep. Danilo Forte</p> <p>Parecer Oral nº 376/2011-SF Relatora Revisora: Sen. Gleisi Hoffmann</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 03/04/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 12, de 2011 - DOU de 28/03/2011).</p> <p>A MP teve seu prazo de vigência encerrado em 1º/06/2011 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 23/2010 - DOU de 07/06/2011).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
521, public. em 31/12/2010 – Ed. Extra	185/2010-CN (nº 798/2010 na origem)	Altera a Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente e prorroga o prazo de pagamento da Gratificação de Representação de Gabinete e da Gratificação Temporária para os servidores ou empregados requisitados pela Advocacia-Geral da União.	Arquivada	<p>Aprovado o PLV nº 11/2011, na Câmara dos Deputados, em 25/05/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relatora: Dep. Jandira Feghali</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 03/04/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 13, de 2011 - DOU de 28/03/2011).</p> <p>A MP teve seu prazo de vigência encerrado em 1º/06/2011 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 22/2011 - DOU de 07/06/2011).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

C.4.4 – Medidas Provisórias (MPV) recebidas em 2011

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
522, public. em 13/01/2011	6/2011-CN (nº 7/2011 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios dos Transportes e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 780.000.000,00, para os fins que especifica.	Arquivada	<p>Decreto de 09/02/2011, public. no DOU de 10/02/2011, faz menção à MP 522 "Altera, parcialmente, no que concerne ao Ministério da Integração Nacional, grupo de natureza de despesa de crédito extraordinário aberto pelo ato que especifica, no valor de R\$ 200.000.000,00." (crédito aberto pela MP 522).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 03/04/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 14, de 2011 - DOU de 28/03/2011).</p> <p>A MP teve seu prazo de vigência encerrado em 1º/06/2011 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 31/2011 - DOU de 09/08/2011).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
523, public. em 21/01/2011	7/2011-CN (nº 9/2011 na origem)	Autoriza a concessão de subvenção econômica ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em operações de financiamento destinadas a capital de giro e investimento de empresas e micro empreendedores individuais localizados em Municípios do Estado do Rio de Janeiro.	Revogada	<p>A MPV 523/2011 foi revogada pela Lei nº 12.409, de 25/05/2011, public. no DOU de 26/05/2011 (oriunda da MPV 513/2011)</p> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 03/04/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 15, de 2011 - DOU de 28/03/2011).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
524, public. em 31/01/2011	8/2011-CN (nº 16/2011 na origem)	Altera a Lei nº 12.337, de 12 de novembro de 2010, para autorizar a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "h" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993.	Arquivada	<p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 03/04/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 16, de 2011 - DOU de 28/03/2011).</p> <p>A MP teve seu prazo de vigência encerrado em 1º/06/2011 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 32/2011 - DOU de 09/08/2011).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
525, public. em 15/02/2011	12/2011-CN (nº 25/2011 na origem)	Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no tocante à contratação de professores.	Promulgada a Lei nº 12.425, de 17/06/2011 (DOU 20/06/2011)	<p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 08/06/2011</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 14/06/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relator: Dep. Jorge Boeira</p> <p>Parecer Oral nº 506/2011-SF Relatora Revisora: Sen. Ana Rita</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 16/04/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 17, de 2011 - DOU de 06/04/2011).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
526, public. em 04/03/2011 – Ed. Extra	17/2011-CN (nº 63/2011 na origem)	Constitui fonte de recursos adicional ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, altera o art. 1º da Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, dispõe sobre medidas de suspensão temporária de exigências de regularidade fiscal, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.453 de 21/07/2011 (DOU 22/07/2011)	<p>Aprovado o PLV nº 16/2011, na Câmara dos Deputados, em 14/06/2011</p> <p>Aprovado o PLV nº 16/2011, no Senado Federal, em 29/06/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relator: Dep. Arthur Lira</p> <p>Parecer Oral nº 630/2011-SF Relator Revisor: Sen. Lindberg Farias</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 03/05/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 18, de 2011 - DOU de 26/04/2011).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
527, public. em 18/03/2011 – Ed. Extra	19/2011-CN (nº 75/2011 na origem)	Altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, cria a Secretaria de Aviação Civil, altera a legislação da Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, cria cargos de Ministro de Estado e cargos em comissão, dispõe sobre a contratação de controladores de tráfego aéreo temporários, cria cargos de Controlador de Tráfego Aéreo.	Sancionada a Lei nº 12.462 de 04/08/2011 (DOU 05/08/2011-Ed. Extra – Ret. no DOU de 10/08/2011)	<p>Aprovado o PLV nº 17/2011, na Câmara dos Deputados, em 28/06/2011</p> <p>Aprovado o PLV nº 17/2011, no Senado Federal, em 06/07/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relator: Dep. José Guimarães</p> <p>Parecer Oral nº 662/2011-SF Relator Revisor: Sen. Inácio Arruda</p> <p>Redação Final Parecer nº 663/2011-CDIR-SF</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 17/05/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 19, de 2011 - DOU de 11/05/2011).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
528, public. em 28/3/2011	23/2011-CN (nº 80/2011 na origem)	Altera os valores constantes da tabela do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física.	Sancionada a Lei nº 12.469 de 26/08/2011 (DOU 29/08/2011) (PLV nº 18/2011, vetado parcialmente – MCN nº 84/2011, nº 342/2011, na origem – Veto Parcial nº 23/2011)	Aprovado o PLV nº 18/2011, na Câmara dos Deputados, em 05/07/2011 Aprovado o PLV nº 18/2011, no Senado Federal, em 03/08/2011 Parecer Oral- CD Relator: Dep. Mauricio Trindade Parecer Oral nº 735/2011-SF Relatora Revisora: Sen. Vanessa Grazziotin Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 27/05/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 20, de 2011 - DOU de 18/05/2011). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
529, public. em 08/04/2011	26/2011-CN (nº 93/2011 na origem)	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, no tocante à contribuição previdenciária do microempreendedor individual.	Sancionada a Lei nº 12.470 de 31/08/2011 (DOU 1º/09/2011)	Aprovado o PLV nº 19/2011, na Câmara dos Deputados, em 06/07/2011 Aprovado o PLV nº 19/2011, no Senado Federal, em 10/08/2011 Parecer Oral- CD Relator: Dep. André Figueiredo Parecer Oral nº 754/2011-SF Relator Revisor: Sen. Armando Monteiro Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 07/06/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 21, de 2011 - DOU de 30/05/2011). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
530, public. em 26/04/2011	28/2011-CN (nº 109/2011 na origem)	Institui, no âmbito do Ministério da Educação, o plano especial de recuperação da rede física escolar pública, com a finalidade de prestar assistência financeira para recuperação das redes físicas das escolas públicas estaduais, do Distrito Federal e municipais afetadas por desastres.	Sancionada a Lei nº 12.487 de 15/09/2011 (DOU 16/09/2011)	<p>Aprovado o PLV nº 20/2011, na Câmara dos Deputados, em 04/08/2011</p> <p>Aprovado o PLV nº 20/2011, no Senado Federal, em 24/08/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relator: Dep. Glauber Braga</p> <p>Parecer Oral nº 840/2011-SF Relatora Revisora: Sen. Marta Suplicy</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 25/06/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 24, de 2011 - DOU de 15/06/2011).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
531, public. em 26/04/2011	29/2011-CN (nº 110/2011 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 74.000.000,00, para os fins que especifica.	Promulgada a Lei nº 12.471 de 1º/09/2011 (DOU 02/09/2011)	<p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 02/08/2011</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 30/08/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relator: Dep. Wilson Filho</p> <p>Parecer Oral nº 846/2011-SF Relator Revisor: Sen. Flexa Ribeiro</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 25/06/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 25, de 2011 - DOU de 15/06/2011).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
532, public. em 29/04/2011 (Ret. no DOU de 04/05/2011)	30/2011-CN (nº 111/2011 na origem)	Acresce e dá nova redação a dispositivos das Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 9.847, de 26 de outubro de 1999, que dispõem sobre a política e a fiscalização das atividades relativas ao abastecimento nacional de combustíveis; altera o § 1º do art. 9º da Lei nº 8.723, de 28 de outubro de 1993, que dispõe sobre a redução de emissão de poluentes por veículos automotores; dá nova redação aos arts. 1º, 2º e 3º do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969, que dispõe sobre a transformação do Departamento dos Correios e Telégrafos em empresa pública; altera a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a Organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.490 de 16/09/2011 (DOU 19/09/2011) (PLV nº 21/2011, vetado parcialmente – MCN nº 92/2011, nº 383/2011, na origem – Veto Parcial nº 26/2011)	Aprovado o PLV nº 21/2011, na Câmara dos Deputados, em 23/08/2011 Aprovado o PLV nº 21/2011, no Senado Federal, em 31/08/2011 Parecer Oral- CD Relator: Dep. Arnaldo Jardim Parecer Oral nº 879/2011-SF Relator Revisor: Sen. Vital do Rêgo Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 28/06/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 26, de 2011 - DOU de 21/06/2011). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).
533, public. em 11/05/2011	32/2011-CN (nº 125/2011 na origem)	Autoriza a União a transferir recursos financeiros aos Municípios e ao Distrito Federal, com a finalidade de prestar apoio financeiro à manutenção de novos estabelecimentos públicos de educação infantil, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.499 de 29/09/2011 (DOU 30/09/2011)	Aprovado o PLV nº 22/2011, na Câmara dos Deputados, em 30/08/2011 Aprovado o PLV nº 22/2011, no Senado Federal, em 14/09/2011 Parecer Oral- CD Relator: Dep. Ângelo Agnolin Parecer Oral nº 911/2011-SF Relator Revisor: Sen. Alfredo Nascimento Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 10/07/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 27, de 2011 - DOU de 1º/07/2011). Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
534, public. em 23/05/2011	34/2011-CN (nº 148/2011 na origem)	Altera o art. 28 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para incluir no Programa de Inclusão Digital Tablet PC produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo.	Sancionada a Lei nº 12.507 de 11/10/2011 (DOU 13/10/2011) (PLV nº 23/2011, vetado parcialmente – MCN nº 102/2011, nº 437/2011, na origem – Veto Parcial nº 29/2011)	<p>Aprovado o PLV nº 23/2011, na Câmara dos Deputados, em 06/09/2011</p> <p>Aprovado o PLV nº 23/2011, no Senado Federal, em 21/09/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relatora Dep. Manuela D'Ávila</p> <p>Parecer Oral nº 954/2011-SF Relator Revisor: Sen. Eduardo Braga</p> <hr/> <p>Redação Final Parecer nº 955/2011-CDIR-SF</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 04/08/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 29, de 2011 - DOU de 18/07/2011).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
535, public. em 03/06/2011	40/2011-CN (nº 181/2011 na origem)	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.512 de 14/10/2011 (DOU 17/10/2011)	<p>Decreto nº 7.572, de 28/09/2011, public. no DOU de 29/09/2011, que "Regulamenta dispositivos da Medida Provisória nº 535, de 2 de junho de 2011, que tratam do Programa de Apoio à Conservação Ambiental - Programa Bolsa Verde."</p> <hr/> <p>Aprovado o PLV nº 24/2011, na Câmara dos Deputados, em 13/09/2011</p> <p>Aprovado o PLV nº 24/2011, no Senado Federal, em 28/09/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relator Dep. Assis do Couto</p> <p>Parecer Oral nº 999/2011-SF Relatora Revisora: Sen. Marta Suplicy</p> <p>Redação Final Parecer nº 1.000/2011-CDIR-SF</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 15/08/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 30, de 2011 - DOU de 09/08/2011).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
536, public. em 24/06/2011 – Ed. Extra	51/2011-CN (nº 219/2011 na origem)	Dá nova redação ao art. 4º da Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981, que dispõe sobre as atividades do médico-residente.	Sancionada a Lei nº 12.514 de 28/10/2011 (DOU 31/10/2011)	<p>Aprovado o PLV nº 25/2011, na Câmara dos Deputados, em 14/09/2011</p> <p>Aprovado o PLV nº 25/2011, no Senado Federal, em 05/10/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relatora Dep. Jandira Feghali</p> <p>Parecer Oral nº 1.061/2011-SF Relator Revisor ad hoc: Sen. Romero Jucá</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 05/09/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 35, de 2011 - DOU de 29/08/2011).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>
537, public. em 24/06/2011 – Ed. Extra	52/2011-CN (nº 220/2011 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 500.000.000,00, para os fins que especifica.	Sancionada a Lei nº 12.518 de 10/11/2011 (DOU 11/11/2011 - Ret. no DOU de 14/11/2011)	<p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 14/09/2011</p> <p>Aprovado o PLV nº 27/2011, no Senado Federal, em 05/10/2011</p> <p>A matéria volta à Câmara dos Deputados</p> <p>Aprovado o PLV nº 27/2011, na Câmara dos Deputados, em 10/10/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relatores: Deps. Gorete Pereira e Laércio Oliveira</p> <p>Parecer Oral nº 1.062/2011-SF Relator Revisor: Sen. Cyro Miranda</p> <p>Redação Final Parecer nº 1.063/2011-CDIR-SF</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 05/09/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 36, de 2011 - DOU de 29/08/2011).</p> <p>Decorrido o prazo regimental, sem a apresentação do Projeto de Decreto Legislativo (art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
538, public. em 1º/07/2011 – Ed. Extra	59/2011-CN (nº 237/2011 na origem)	Autoriza a prorrogação de contratos por tempo determinado firmados com fundamento na alínea "g" do inciso VI do art. 2º da Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, e dá outras providências.	Promulgada a Lei nº 12.501 de 07/10/2011 (DOU 10/10/2011)	<p>Aprovada a Medida Provisória, na Câmara dos Deputados, em 14/09/2011</p> <p>Aprovada a Medida Provisória, no Senado Federal, em 05/10/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relator: Dep. Alex Canziani</p> <p>Parecer Oral nº 1.064/2011-SF Relator Revisor: Sen. Valdir Raupp</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 12/09/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 37, de 2011 - DOU de 05/09/2011).</p>
539, public. em 27/07/2011	69/2011-CN (nº 294/2011 na origem)	Autoriza o Conselho Monetário Nacional, para fins da política monetária e cambial, a estabelecer condições específicas para negociação de contratos de derivativos, altera o art. 3º do Decreto-Lei nº 1.783, de 18 de abril de 1980, e os arts. 1º e 2º da Lei nº 8.894, de 21 de junho de 1994, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.543 de 08/12/2011 (DOU 09/12/2011)	<p>Aprovado o PLV nº 26/2011, na Câmara dos Deputados, em 05/10/2011</p> <p>Aprovado o PLV nº 26/2011, no Senado Federal, em 05/10/2011</p> <hr/> <p>Parecer Oral- CD Relator: Dep. Reinhold Stephanes</p> <p>Parecer Oral nº 1.288/2011-SF Relator Revisor: Sen. Blairo Maggi</p> <p>Redação Final Parecer nº 1.289/2011-CDIR-SF</p> <hr/> <p>Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 30/09/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 38, de 2011 - DOU de 22/09/2011).</p> <p>Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 25/02/2012, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).</p>

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
540, public. em 03/08/2011 (Ret. no DOU de 05/08/2011)	70/2011-CN (nº 297/2011 na origem)	Institui o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras - REINTEGRA; dispõe sobre a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI à indústria automotiva; altera a incidência das contribuições previdenciárias devidas pelas empresas que menciona, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.546 de 14/12/2011 (DOU 15/12/2011) (PLV nº 29/2011, vetado parcialmente – MCN nº 143/2011, nº 569/2011, na origem – Veto Parcial nº 35/2011)	Decreto nº 7.555, de 19/08/2011, public. no DOU de 22/08/2011, que regulamenta os arts. 14 a 20 da MPV nº 540. (Decreto retificado no DOU de 25/08/2011) Decreto nº 7.567, de 15/09/2011, public. no DOU de 16/09/2011, que Regulamenta os arts. 5º e 6º da MPV nº 540. Decreto nº 7.593, de 28/10/2011, public. no DOU de 31/10/2011, que altera o Decreto nº 7.555, de 19/08/2011, que regulamenta os arts. 14 a 20 da MPV nº 540. Decreto nº 7.604 de 10/11/2011, public. no DOU de 11/11/2011, que altera o Decreto nº 7.567, de 15 de setembro de 2011, que regulamenta os arts. 5º e 6º da Medida Provisória nº 540, de 2 de agosto de 2011, e dá outras providências. ----- Aprovado o PLV nº 29/2011, na Câmara dos Deputados, em 26/10/2011 Aprovado o PLV nº 29/2011, no Senado Federal, em 22/11/2011 ----- Parecer Oral- CD Relator: Dep. Renato Molling Parecer Oral nº 1.295/2011-SF Relator Revisor: Sen. José Pimentel Redação Final Parecer nº 1.296/2011-CDIR-SF ----- Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 02/10/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 39, de 2011 - DOU de 23/09/2011). Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 02/03/2012, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
541, public. em 03/08/2011	71/2011-CN (nº 298/2011 na origem)	Dispõe sobre o Fundo de Financiamento à Exportação, altera as Leis nºs 12.096, de 24 de novembro de 2009, 11.529, de 22 de outubro de 2007, 10.683, de 28 de maio de 2003, 5.966, de 11 de dezembro de 1973, e 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e dá outras providências.	Sancionada a Lei nº 12.545 de 14/12/2011 (DOU 15/12/2011) (PLV nº 28/2011, vetado parcialmente – MCN nº 142/2011, nº 568/2011, na origem – Veto Parcial nº 34/2011)	Aprovado o PLV nº 28/2011, na Câmara dos Deputados, em 19/10/2011 Aprovado o PLV nº 28/2011, no Senado Federal, em 22/11/2011 Parecer Oral-CD Relator Dep. Ratinho Junior Parecer Oral nº 1.297/2011-SF Relator Revisor: Sen. Magno Malta Redação Final Parecer nº 1.298/2011-CDIR-SF Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 02/10/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 40, de 2011 - DOU de 23/09/2011). Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 02/03/2012, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).
542, public. em 15/08/2011	73/2011-CN (nº 313/2011 na origem)	Dispõe sobre alterações nos limites do Parque Nacional Amazônia, do Parque Nacional dos Campos Amazônicos, do Parque Nacional da Matinguari e dá outras providências.	Perdeu a eficácia Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 22/03/2012, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).	Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 14/10/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 41, de 2011 - DOU de 05/10/2011). A MP teve seu prazo de vigência encerrado em 12/12/2011 (Ato Declaratório do Presidente da Mesa do CN nº 47/2011 - DOU de 15/12/2011).
543, public. em 25/08 2011	75/2011-CN (nº 327/2011 na origem)	Altera a Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, para autorizar a União a conceder a instituições financeiras subvenção econômica sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitas, para contratação e acompanhamento de operações de microcrédito produtivo orientado.	Perdeu a eficácia Aguardando o prazo para apresentação de Decreto Legislativo que será encerrado em 01/04/2012, estabelecido no art. 11 da Resolução nº 1/2002-CN (60 dias).	Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 24/10/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 42, de 2011 - DOU de 19/10/2011). A MP teve seu prazo de vigência encerrado em 22/12/2011.
544, public. em 30/09/2011 (Ret. no DOU de 03/10/2011)	94/2011-CN (nº 421/2011 na origem)	Estabelece normas especiais para as compras, as contratações de produtos, de sistemas de defesa, e de desenvolvimento de produtos e de sistemas de defesa, e dispõe sobre regras de incentivo à área estratégica de defesa e dá outras providências.	Em tramitação	Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 29/11/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 43, de 2011 - DOU de 21/11/2011).

Nº	Mensagem	Ementa	Situação	Observação
545, public. em 30/09/2011 (Ret. no DOU de 03/10/2011)	95/2011-CN (nº 422/2011 na origem)	Altera a Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM; altera a Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e as Leis nº 11.434, de 28 de dezembro de 2006, nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e nº 8.685, de 20 de julho de 1993; altera a incidência da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS na cadeia produtiva do café, institui o Programa Cinema Perto de Você, e dá outras providências.	Em tramitação	Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 29/11/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 44, de 2011 - DOU de 21/11/2011).
546, public. em 30/09/2011 (Ret. no DOU de 03/10/2011)	96/2011-CN (nº 423/2011 na origem)	Dispõe sobre a prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, no exercício de 2011, com o objetivo de fomentar as exportações do País, altera a Lei nº 12.409, de 25 de maio de 2011, e dá outras providências.	Em tramitação	Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 29/11/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 44, de 2011 - DOU de 21/11/2011).
547, public. em 13/10/2011 (Rep. no DOU de 13/10/2011- Ed. Extra)	103/2011-CN (nº 442/2011 na origem)	Altera a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979; a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Lei nº 12.340, de 1º de dezembro de 2010.	Em tramitação	Decorrido o prazo regimental, é prorrogada a vigência da MP por 60 dias a partir de 12/12/2011. (Ato do Presidente da Mesa do CN nº 46, de 2011 - DOU de 07/12/2011).
548, public. em 31/10/2011	132/2011-CN (nº 493/2011 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, no valor de R\$ 460.530.000,00, para o fim que especifica.	Em tramitação	-
549, public. em 18/11/2011	135/2011-CN (nº 514/2011 na origem)	Reduz a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, da Contribuição para o PIS/PASEP - Importação e da COFINS - Importação incidentes sobre a importação e a receita de venda no mercado interno dos produtos que menciona.	Em tramitação	-
550, public. em 18/11/2011	136/2011-CN (nº 515/2011 na origem)	Altera a Lei nº 10.735, de 11 de setembro de 2003, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores, e dá outras providências.	Em tramitação	-
551, public. em 23/11/2011	139/2011-CN (nº 526/2011 na origem)	Altera dispositivos das Leis nº 7.920, de 12 de dezembro de 1989, nº 9.825, de 23 de agosto de 1999, nº 8.399, de 7 de janeiro de 1992, nº 6.009, de 26 de dezembro de 1973, nº 5.862, de 12 de dezembro de 1972, nº 12.462, de 5 de agosto de 2011; e dá outras providências.	Em tramitação	-
552, public. em 1º/12/2011 – Ed. Extra	141/2011-CN (nº 537/2011 na origem)	Altera o art. 4º da Lei nº 10.931, de 2 de agosto de 2004, e os arts. 1º e 8º da Lei nº 10.925, de 23 de julho de 2004.	Em tramitação	-
553, public. em 22/12/2011	147/2011-CN (nº 594/2011 na origem)	Abre crédito extraordinário, em favor dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e da Integração Nacional, no valor global de R\$ 533.581.700,00, para os fins que especifica.	Em tramitação	-